

SATISFAÇÃO DAS FAMÍLIAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS EM INTERVENÇÃO PRECOCE

Inês Correia, Universidade do Algarve, FCHS, ines.correia88@gmail.com

Helena Martins, Universidade do Algarve, FCHS, mhmmartin@ualg.pt

Resumo: O presente estudo pretende avaliar o grau de satisfação das famílias de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) a usufruir do serviço de Intervenção Precoce na Infância (IPI).

Para avaliar a satisfação de 67 famílias de crianças, em idade pré-escolar com NEE, a usufruir do serviço de IPI, num dos Agrupamentos de Escolas de referência, no sotavento Algarvio, recorreu-se à Escala Europeia de Satisfação das Famílias em Intervenção Precoce (ESFIP, adaptada por Cruz, Fontes & Carvalho, 2003).

Os resultados gerais demonstram que o índice de satisfação das famílias inquiridas é de 1,24, o que traduz um nível de satisfação *bom*. A análise destes resultados permitiu perspetivar um conjunto de áreas onde será necessário proceder a algumas alterações, nomeadamente na acessibilidade e divulgação do serviço de IPI e também ao nível das oportunidades que deverão permitir aos pais entrar em contacto com outros pais.

Ao compararmos o índice global de satisfação das famílias em Portugal com os índices obtidos em serviços similares de outros países verificamos que, em termos de desempenho, Portugal se situa entre dois países com níveis de desempenho distintos, nomeadamente entre o Luxemburgo e a Bélgica.

Palavras-chave: Satisfação familiar; Crianças com Necessidades Educativas Especiais; Intervenção Precoce na Infância

Introdução

Atualmente, decorrente da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de Maio, que constituiu um contributo para o alinhamento e afirmação da Educação Especial no contexto do sistema educativo português e também para a IPI, perspetiva-se o desenvolvimento de respostas específicas diferenciadas através da criação de agrupamentos de referência. Todavia, a realidade da IPI continua marcada pelo seu carácter embrionário e de projeto, bem como pela grande diversidade de serviços e filosofias adotadas, formas de financiamento e apoios disponibilizados. Acrescenta-se o facto de que não existem dados empíricos que permitam ter uma ideia clara sobre as práticas no momento presente, sobretudo na região do Algarve. Não obstante o serviço de IPI envolve consequências diretas para as crianças e para as respetivas famílias, daí a necessidade de uma

constante atualização visando a adaptação às necessidades específicas das famílias e das crianças (Cruz, Fontes & Carvalho, 2003).

Para que esta atualização aconteça, isto é, para que seja possível aperfeiçoar a qualidade do serviço, Lanners e Mombaerts (2000) sugerem o recurso à avaliação da satisfação das famílias em IPI. Segundo Bailey e Simeonsson (1988) é a avaliação da satisfação das famílias que permitirá uma avaliação mais global do serviço de IPI. Consideram estes autores ser fundamental avaliar a satisfação das famílias em IPI, uma vez a interpretação desses resultados permitirá aferir tanto o valor que o apoio tem para as famílias, como o facto de corresponder ou não às suas necessidades.

Tanto Almeida (2004) como Pimentel (2004) advertem que, em Portugal, não tem existido esta cultura de avaliação e salientam a necessidade de uma maior articulação entre os serviços de ação direta e as universidades para incrementar estas práticas. A acrescentar a esta carência evidenciada pelos autores, surge o cenário social de crise que atualmente o país atravessa. Numa altura em que a população está mais vulnerável devido ao impacto da situação de crise é urgente potenciar o serviço de IPI, uma vez que para além dos benefícios que esta pode representar no imediato nas crianças e famílias, há estudos que revelam exemplos significativos de custo/benefício a médio e longo prazo resultantes de programas de IPI.

Ao operacionalizar o conceito de satisfação, considerando-o como “a diferença entre as expectativas dos pais acerca dos serviços de intervenção precoce e os serviços que, nesse âmbito, efetivamente recebem” (Lanners & Mombarterts, 2000, p. 62) torna-se possível avaliá-la. Este método remete-nos tanto para uma avaliação de processo (centra-se na forma como se desenvolve a intervenção e considera a opinião dos consumidores finais) como para uma avaliação de resultados (baseia-se na avaliação que as famílias fazem do apoio recebido

aos mais diversos níveis) permitindo identificar as áreas mais fortes do serviço e as deficitárias.

Deste modo, considerando o anteriormente exposto e pressupondo que no campo da IPI a avaliação da satisfação constitui uma forma de auscultação e adaptação da intervenção às necessidades das famílias (Cruz, Fontes & Carvalho, 2003), parece-nos relevante e urgente analisar a satisfação das famílias de crianças com Necessidades Educativas Especiais em Intervenção Precoce, no sotavento algarvio. Assim coloca-se o seguinte problema: Será que os serviços de IPI no sotavento algarvio atendem às necessidades destas famílias? Qual o grau de satisfação das famílias? Quais as dimensões em que estas manifestam maior satisfação? E quais as dimensões em que manifestam menor satisfação?

Objetivos do Estudo

Para a presente investigação definimos como objeto principal o estudo da satisfação das famílias de crianças com NEE em Intervenção Precoce. Assim, pretende-se avaliar o grau de satisfação das famílias de crianças com NEE apoiadas pelo serviço de IPI no sotavento algarvio. Deste objetivo geral decorrem diversos objetivos específicos, nomeadamente: identificar a satisfação dos pais no que respeita ao apoio que lhes é fornecido e ao apoio fornecido à criança; avaliar a satisfação dos pais face ao ambiente social circundante e face à sua relação com os profissionais; identificar a satisfação dos pais face ao modelo de apoio utilizado e face aos seus direitos; identificar a satisfação dos pais relativamente à localização e ligações dos serviços que lhes são disponibilizados e no que respeita à estrutura e administração dos serviços.

Tipo de estudo e desenho da investigação

O estudo que se apresenta é descritivo, exploratório, de abordagem quantitativa, uma vez que se pretende explorar as características das famílias, das crianças e do próprio serviço de IPI e objetiva-se também a descoberta de fatores associados à satisfação familiar (Fortin, 2003).

A recolha de dados foi precedida pela obtenção de autorizações formais, legais e éticas. Quando obtivemos autorização de todos os serviços envolvidos, entrámos em contacto com as coordenadoras dos núcleos de educação especial, afetas aos agrupamentos de escolas. Estas, cooperaram, agendando reuniões com as educadoras de IPI, tendo-lhes solicitado, de acordo com o previamente acordado, que entrassem em contacto com os pais de crianças com NEE. Assim, a recolha de dados, foi mediada pelas educadoras de IPI, e realizou-se no período de tempo compreendido entre Setembro do ano de 2011 e Fevereiro de 2012.

Método*Participantes*

A amostra final é, portanto, constituída por 67 pais de crianças com NEE ($N=67$), em idade pré-escolar (entre os 0 e os 6 anos de idade) com NEE, que se encontram incluídas, e a usufruir do serviço de IPI, num dos agrupamentos de escolas de referência, no sotavento Algarvio, nomeadamente: o Agrupamento de Escolas Engenheiro Duarte Pacheco (Loulé e São Brás de Alportel), o Agrupamento de Escolas Afonso III (Faro), o Agrupamento de Escolas Professora Paula Nogueira (Olhão), o Agrupamento de Escolas D. Manuel I (Tavira), e o Agrupamento de Escolas D. José I (Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim).

Instrumentos

Atendendo aos objetivos estabelecidos, às questões subjacentes, aos intervenientes e à temática da presente investigação, seleccionámos como instrumento de recolha de dados, a Escala Europeia de Satisfação das Famílias em Intervenção Precoce (ESFIP). Trata-se de uma escala traduzida e validada para Portugal pelo Projeto Integrado de Intervenção Precoce do Distrito de Coimbra, da versão original *European Parental Satisfaction Scale About Early Intervention* (EPASSEI) desenvolvida em 1999 pelo grupo *Eurlyaid*.

A ESFIP apresenta um total de 66 questões, dividida em duas partes, sendo que a primeira parte envolve questões de escolha múltipla relativas a dados sociodemográficos e a segunda parte encontra-se dividida em 8 dimensões (A - Apoio aos pais, B – Apoio à criança, C – Ambiente Social, D – Relação entre pais e profissionais, E – Modelo de apoio, F – Direitos dos pais, G – Localização e ligações do serviço e H – Estrutura e administração do serviço), cada uma dessas dimensões comporta um número variado de indicadores de avaliação (itens).

O cálculo da média das respostas permite obter valores referentes aos níveis de satisfação por indicador de avaliação e por dimensão de satisfação em análise. É ainda possível obter o índice global de satisfação das famílias (IGSF). Valores positivos próximos de 2 correspondem a um nível de satisfação *muito bom* e valores próximos de -2 correspondem a *muito insatisfeito*, sendo que a nota zero corresponde a *não se aplica*.

Resultados

Níveis de satisfação por dimensão de avaliação

No que se refere ao apoio aos Pais, e tendo em atenção o objetivo específico que pressupõe *aferir a satisfação dos pais no que respeita ao apoio que lhes é prestado os*

resultados obtidos evidenciam a satisfação dos pais relativamente ao apoio que lhes é prestado pela IPI ($M=0.98$; $DP = 0.64$)

Os pais manifestam a sua satisfação sobretudo com o facto de a IPI os ter ajudado a ver as capacidades e os problemas das suas crianças (A5) e também com a qualidade das informações que lhes são facultadas (A14). Todavia, as informações financeiras (A11) parecem ser menos frequentes.

No que se refere ao apoio à criança e embora exista a necessidade de uma abordagem ampla, o foco principal da IPI continua a ser a criança e as suas necessidades (Alves, 2009). Assim sendo, o segundo objetivo refere-se à *identificação da satisfação dos pais relativamente ao apoio prestado à criança*. Nesta dimensão, os pais mostram-se em média satisfeitos ($M = 1.35$; $DP = 0.41$).

É de considerar que a maioria dos pais classifica como *muito boa* a forma como os técnicos se relacionam com a criança (B27). Todavia, no que concerne à oferta de atividades de grupo para crianças (B26), embora a maioria considere como sendo *boa*, existem pais que a consideram *má* ou *muito má*.

Relativamente ao ambiente social, quando existe uma criança com NEE, os profissionais devem potenciar ainda mais do subsistema extrafamiliar como fonte de apoio e força para a família (Carvalho, 2011). Assim, *avaliar a satisfação dos pais face ao ambiente social circundante* constitui um dos objetivos específicos deste estudo. As famílias apresentam-se em média satisfeitas com a atenção dispensada pelos técnicos ao ambiente social que rodeia a criança ($M=1.27$; $DP=0.87$).

A atenção prestada às necessidades dos irmãos (C29) parece constituir também um ponto onde os pais manifestam menores níveis de satisfação. Porém, a maioria sente que pode falar *sempre* acerca das reações de parentes, amigos e vizinhos com a educadora (C30).

No âmbito da relação entre pais e profissionais, segundo Bailey e Wolery (1992), o

conceito de Intervenção Centrada na Família, parece situar-se em torno da qualidade da relação entre os profissionais e os elementos da família. Uma vez que o resultado da intervenção fica a dever-se à qualidade da interação que entre estes se estabelece, o quarto objetivo específico pretende *avaliar a satisfação dos pais face à relação com os profissionais*. Os resultados obtidos revelam que a avaliação das famílias relativamente a esta área é francamente positiva. Nesta dimensão o índice de satisfação situa-se em média em 1.72 ($DP=0.85$), o que traduz uma satisfação próxima do *muito bom*.

Os pais destacam com maior satisfação a capacidade dos técnicos responderem às questões que lhes são colocadas (D36) e de fazerem uma clara distinção entre o apoio prestado e a privacidade da família (D32).

Os serviços de IPI devem privilegiar o modelo de apoio que contemple práticas que tenham subjacentes as bases conceptuais da perspetiva ecológica e da intervenção centrada na família, já anteriormente expostas. Todavia, segundo Bairrão e Almeida (2002), não é uma tarefa fácil colocar em prática um modelo desta natureza, uma vez que para a Intervenção Precoce Centrada na Família, são necessárias características próprias e formação adequada ao desempenho que este modelo exige.

Decorrente deste pressuposto, definiu-se como objetivo específico *identificar a satisfação dos pais face ao modelo de apoio utilizado*. Em termos globais, verificámos que os pais avaliam o modelo de apoio utilizado pelo serviço de IPI como *bom*, dado que a média de satisfação apurada nesta área se inscreve no valor de 1.46 ($DP=0.35$).

Como aspetos geradores de maior satisfação destacam-se o facto de os técnicos respeitarem os valores e os estilos de vida da família (E37) e de o conteúdo dos relatórios destacar as capacidades das crianças (E47). Os aspetos que geram menor satisfação prendem-se com o facto de o apoio lhes exigir muito tempo no trabalho com o filho e, decorrendo daí,

menor disponibilidade de tempo para outras pessoas da família (E39). Verifica-se também alguma insatisfação com o número de técnicos que presta serviço à família (E38).

Segundo McWilliam e colaboradores (1995), o conhecimento sobre os seus direitos confere aos pais o poder e a capacidade de exigir o que lhes é devido em relação a uma intervenção de qualidade. De acordo com os resultados apresentados pelo autor, quanto mais informações os pais possuem, mais independentes e autossuficientes se revelam.

Uma vez que os pais devem receber informações claras e compreensíveis sobre seus direitos, definiu-se como objetivo específico, *avaliar a satisfação dos pais neste âmbito*. Em termos globais, observam-se elevados níveis de satisfação nas famílias nesta área. A média de satisfação das famílias é de 1.57 ($DP=0.55$), o que equivale ao nível de *bom*.

O fato de os pais poderem entrar em contato com os técnicos em caso de problema (F52) contribui claramente para este resultado positivo. É de salientar que alguns pais referem conhecer *mal* os seus direitos (F54), nomeadamente, de poderem optar pela continuação ou término da IPI (F33).

Procurou-se ainda *identificar a satisfação dos pais relativamente à localização e ligações* dos serviços que lhes são disponibilizados. Da avaliação efetuada pelas famílias, esta área sobressai como sendo a mais deficitária, uma vez que a média dos índices de satisfação traduzem um valor de 0.78 ($DP=0.79$). Considerando as respostas das famílias, verifica-se que no que respeita ao item G55 “a maioria das pessoas conhece o serviço e sabe como recorrer a ele”, 25.4% dos pais refere que “conhece mal” e 13.4% refere que *não conhece*.

Muitas famílias referem que a maioria das pessoas não conhece o serviço, nem sabe como recorrer a ele (G55). No que se refere à facilidade em recorrer ao serviço de IPI (G56), embora a maioria considere *fácil*, há famílias que consideram *difícil*.

Ao *avaliar a satisfação dos pais no que respeita à estrutura e administração do serviço*, verificamos que em geral, os pais mostram-se satisfeitos ($M=1.04$, $DP=0.62$).

Verificamos, que se salientam como geradores de maior satisfação: os primeiros contatos dos técnicos com as famílias (H62), o facto das famílias se sentirem envolvidas durante a avaliação (H63) e, ainda, o facto de a maioria considerar que a IPI os ajudou a sentirem-se mais confiantes na resolução dos seus problemas (H66).

No entanto, é de referir que muitas famílias conhecem *mal* ou *muito mal* a estrutura do serviço de IPI (H58) e não sabem exatamente a quem se queixar caso estejam insatisfeitas com o serviço (H59).

Níveis globais de satisfação

A análise global dos resultados permite verificar que as famílias apoiadas pelo serviço de IPI, num dos Agrupamentos de Escolas de referência, no sotavento Algarvio, estão satisfeitas com o apoio que lhes é prestado, uma vez que o índice global de satisfação das famílias (IGSF) cifra os 1.24 ($DP=0.42$), traduzindo-se este valor num nível de satisfação *bom*.

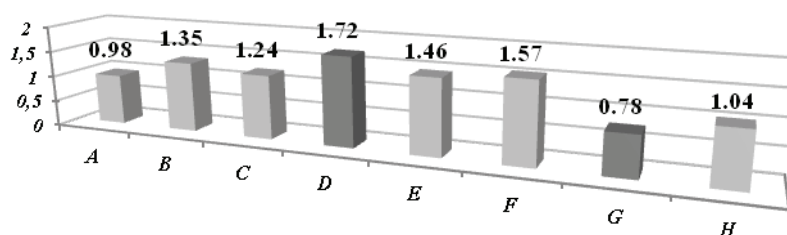


Gráfico 1. Níveis globais de satisfação por dimensão

A análise comparativa das oito dimensões avaliadas permite verificar que a “Relação entre Pais e Profissionais” ($M=1.72$, $DP=0.38$) é aquela dimensão onde os pais manifestam maior satisfação, seguindo-se “Direitos dos Pais” ($M=1.57$, $DP=0.55$), “Modelo de apoio” ($M=1.46$, $DP=0.35$), “Apoio à criança” ($M=1.35$, $DP=0.41$), “Ambiente Social” ($M=1.24$, $DP=0.42$) e “Estrutura e administração do serviço” ($M=1.04$, $DP=0.62$). A dimensão identificada com menor nível de satisfação diz respeito à “Localização e ligações dos

serviços” ($M=0.78$, $DP=0.79$). Outra dimensão onde a satisfação evidencia valores ligeiramente inferiores a 1 é a referente ao “Apoio aos pais” ($M=0.98$, $DP=0.64$) (Gráfico 1).

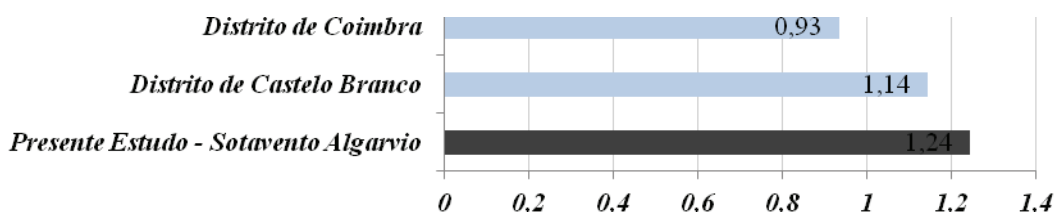


Gráfico 2. Comparação de índices globais de satisfação final – Estudos Nacionais

A nível nacional, embora os valores obtidos se traduzam em níveis de satisfação *bons*, verifica-se que as famílias do sotavento algarvio são as que revelam maior satisfação familiar, seguindo-se as famílias do distrito de Castelo Branco com um IGDF de 1.14 (Fidalgo, 2004) e por último as famílias do distrito de Coimbra com 0.93 (Cruz, Fontes & Carvalho, 2003).

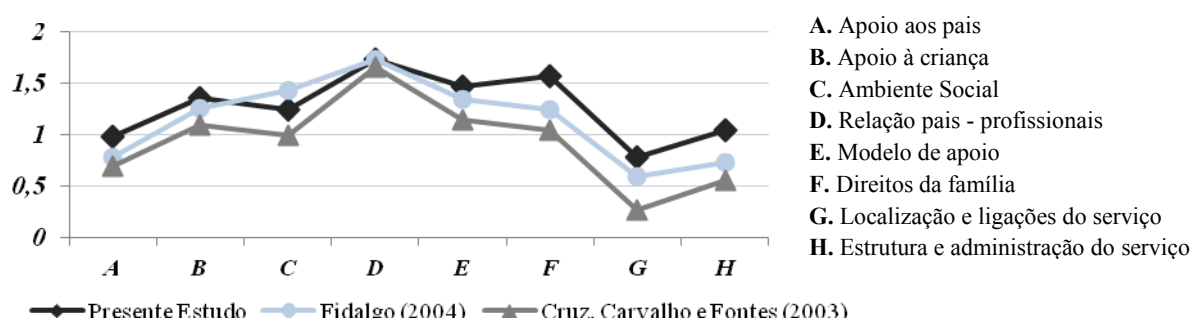


Gráfico 3. Comparação de índices de satisfação por dimensão

Ao analisar o gráfico 3, verificamos que a “Relação pais-profissionais” se destaca como a dimensão onde se registam maiores níveis de satisfação, sendo estes, inclusive, muito próximos. No que se refere à dimensão onde os níveis de satisfação se inscrevem em valores inferiores, destaca-se a dimensão “Localização e ligações do serviço” em todos os estudos. No entanto, o nível de satisfação que mais se aproxima de valores negativos, sinónimos de insatisfação, é manifestada pelas famílias apoiadas pelo PIIP (Cruz, Carvalho & Fontes, 2003).

De referir que o presente estudo, quando comparado aos outros estudos nacionais, regista índices de satisfação superiores em todas as dimensões, exceto na dimensão “Ambiente social”. Embora com valores muito próximos, as famílias inquiridas pelo estudo de Fidalgo (2004), encontram-se, em média, mais satisfeitas com a atenção que é prestada ao seu ambiente social que as famílias por nós inquiridas. Estes resultados surpreenderam-nos pela positiva. Contudo, é conveniente tentar analisá-los atendendo a fatores indiretamente relacionados com as dimensões e levantar algumas hipóteses explicativas que possam contribuir para a compreensão dos mesmos.

O PIIP constitui uma referência que, em Portugal, segundo Almeida (2002), tem demonstrado capacidade de executar um trabalho de nível elevado, a partir da coordenação e integração de distintos recursos da comunidade. Atendendo a este facto, seria de esperar que os resultados obtidos pelo estudo de Cruz, Carvalho e Fontes (2003) estivessem mais próximos dos nossos resultados. Como tal, parece pertinente explorar esta discrepância, no sentido encontrar hipóteses explicativas e de formular questões.

Se situarmos o PIIP na história da IPI em Portugal, verificamos que enquanto primeiro serviço nacional, sempre foi um serviço muito valorizado, sempre foi tido como referência e sempre foi unimanamente aclamado. Assim, colocamos a seguinte questão: Será que esta valorização constante e desprovida de apontamentos críticos conduziu a uma acomodação dos técnicos às práticas iniciais, ainda muito incipientes, muito em fase experimental? Será que a satisfação das famílias PIIP se encontra comprometida pela eventual acomodação desses profissionais? Todavia, é de considerar que Cruz, Carvalho e Fontes (2003) assumem que o PIIP defende uma filosofia de intervenção centrada na família e visa um apoio de carácter ecológico, deixando, portanto, para este ponto de vista, reservas à questão que formulamos.

Consideremos então o facto de no Algarve, só com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 20/2008, de 12 de Maio, terem sido criadas

respostas mais estruturadas no âmbito da IPI, nomeadamente através da criação dos agrupamentos de referência. Até à data da publicação deste Decreto-Lei (ano letivo 2008/2009), os serviços de IPI eram implementados de forma não planeada, tendo gerado desigualdades na oferta da IPI, originando assimetrias na cobertura e uma organização, coordenação, gestão de serviços e recursos em fase de estruturação (Ministério da Educação, 2009). À proximidade do início de uma resposta estruturada (agrupamentos de referência) com a realização do presente estudo, não é, provavelmente, alheio o “efeito novidade” que essa resposta poderá ter produzido na população alvo. Remete este ponto de vista interpretativo para uma questão que consideramos pertinente: O “efeito novidade” influenciará o nível de satisfação?

O período de tempo que decorreu entre o presente estudo e os estudos anteriores já referidos é suficientemente dilatado para podermos tomar como válida a possibilidade das expectativas dos utentes serem atualmente mais baixas para a generalidade dos serviços sociais, no caso, para a IPI. Será que a crise económica e financeira contribuiu para a degradação das expectativas face à qualidade da generalidade dos serviços sociais, nomeadamente IPI?

Consideremos ainda o efeito desejabilidade social que poderá, para uma percentagem dos inquiridos, ter conduzido a respostas que vão ao encontro do que supostamente as educadoras desejariam. Esta hipótese explicativa remete-nos para a enunciação das seguintes interrogações: Será que a relação de proximidade dos inquiridos com o técnico, que funciona como veículo do que se pretende perguntar, condiciona a opinião dos pais sobre o seu desempenho, levando-os à sobrevalorização da intervenção das educadoras? Poder-se-á concluir que esta metodologia contamina a opinião dos inquiridos por condicionamento não intencional e não manifesto?

No presente estudo obtivemos uma grande amplitude de níveis de satisfação, o que nos faz refletir acerca da heterogeneidade das práticas em IPI e da especificidade de cada família. Será que os técnicos utilizam abordagens e suporte teórico diferente? Ou será que há pais que preferem determinada abordagem em detrimento de outra?

Avaliação comparativa com outros países

Neste processo de avaliação comparativa, comparamos o IGSF dos diferentes países de que dispomos de dados, com o IGSF obtido em Portugal¹. Obtemos uma média nacional que se inscreve num IGSF de 1.10, situando-se Portugal entre o grupo de países com níveis de desempenho mais reduzidos (Inglaterra, Alemanha, Holanda e Luxemburgo) e, o grupo de países com um desempenho mais elevado (Bélgica, Canadá e Suíça).

Porém, deve ser tido em atenção que esta comparação apresenta limitações, uma vez que não conhecemos o número de serviços inscritos em cada país, nem o número de famílias inquiridas para o efeito.

Conclusões

Ao analisarmos os resultados anteriormente expostos, de modo global, podemos identificar pontos fortes e fracos no apoio prestado às famílias. Estes resultados poderão constituir instrumentos essenciais para técnicos e responsáveis de qualquer serviço de IPI.

Assim, como pontos fortes, destacam-se a capacidade dos técnicos responderem às questões dos pais, a clara distinção que fazem entre o apoio que lhes prestam e a privacidade e o fato de respeitarem os valores e os estilos de vida das famílias. Não obstante, persiste um conjunto de áreas onde parece ser necessário proceder a algumas alterações, nomeadamente

¹ Consideramos como IGSF de Portugal a média dos IGSF obtidos nos estudos anteriormente referidos, nomeadamente, Cruz, Fontes e Carvalho (2003), Fidalgo (2004) e o presente estudo. Aglutinámos, assim, três serviços distintos, disponibilizados pelo distrito de Coimbra, Castelo Branco e pelo Sotavento Algarvio.

ao nível das oportunidades que os pais têm para entrar em contacto com outros pais, e com escassa informação relativa à acessibilidade e divulgação do serviço.

Tomando os resultados obtidos como ponto de partida para um desejável reajustamento de práticas em IPI, no Sotavento Algarvio, consideramos ser o aconselhamento um percurso possível, visando um ajustamento dessas práticas às necessidades identificadas pelos pais. As dimensões anteriormente identificadas como as que correspondem a menor satisfação dos pais poderão ser consideradas de modo a que a formação inicial e contínua dote os técnicos de mais competências e ferramentas, perspetivando uma orientação no sentido da satisfação das necessidades identificadas.

Com o intuito de possibilitar a expressão e partilha de emoções, bem como a possível redução da ansiedade e controlo sobre estados depressivos (Beckman, 1996), pensamos que a criação de grupos de pais parece ser um projeto a considerar como prioritário.

No que se refere à questão da acessibilidade e divulgação do serviço, parece-nos que a comissão coordenadora do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) deverá garantir a articulação dos Ministério envolvidos no sentido de dar ênfase ao serviço de IPI, através dos *sites* dos serviços centrais, regionais ou, mesmo, em colaboração direta com as escolas e centros de saúde. É importante referir que o conteúdo *online* disponibilizado deverá ser direcionado para as famílias, deverá constituir informação de fácil acesso, ser claro e rigoroso e com maior incidência nas preocupações e necessidades aqui identificadas.

Seria igualmente importante que os Ministério envolvidos no SNIPI procurassem sensibilizar os profissionais para a relevância de se manterem atualizados relativamente ao conhecimento científico em IPI, disponibilizando material que facilitasse o acesso a este conhecimento. Há também a necessidade de evidenciar, perante os técnicos, a importância da sua colaboração ativa nestes estudos que objetivamente visam o melhoramento do serviço, e não constituem uma intrusão nas suas práticas.

Embora com algumas limitações, espera-se que este estudo possa constituir um primeiro contributo sobre a análise da temática no contexto da realidade do sotavento algarvio. Parece-nos importante que em futuras investigações, se avaliem as perceções dos técnicos face às suas práticas e se verifique se atendem à satisfação evidenciada pelos pais.

Seria igualmente interessante avaliar as crenças que estes profissionais possuem em relação às práticas centradas na família e verificar que variáveis interferem e constituem obstáculo à aplicação das práticas centradas na família e que constituem a abordagem mais defendida nas últimas décadas.

Corroborando Bairrão e Almeida (2003) é essencial continuar a realizar investigações que permitam uma melhor compreensão dos processos que possam incentivar os profissionais a aplicar as práticas recomendadas. É nosso entender que estes estudos podem constituir-se como um importante contributo para combater a rutura entre as práticas reais e as práticas ideais defendidas pela literatura.

Referências

- Almeida, I. C. (2004). Intervenção Precoce: Focada na criança ou centrada na família e na comunidade? *Análise Psicológica*, 1 (22), 65-72.
- Bailey, D. B. (1988). Assessing Family Stress and Needs. Family Assessment in Early Intervention. In D. B. Bailey, Jr & R. J. Simeonsson (Eds.), *Family Assessment in Early Intervention* (pp. 95-118). Columbus, Ohio: Merrill Publishing Company.
- Bairrão, J. & Almeida, I. C. (2002). *Contributos para o estudo das práticas de Intervenção Precoce em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica.
- Bairrão, J. & Almeida, I. C. (2003). Questões actuais em Intervenção Precoce. *Psicologia*, 17 (1), 15-29.
- Cruz, A. I., Fontes, F. & Carvalho, M. L. (2003). *Avaliação da Satisfação das Famílias Apoiadas pelo PIIP: Resultados da Aplicação da Escala ESFIP*. Lisboa: SNR.
- Decreto-Lei n.º 3/2008. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 4 de 7 de Janeiro de 2008.
- Despacho Conjunto n.º 891/99. *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 244 de 19 de Outubro de 1999. Lisboa: Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e Solidariedade.
- Fidalgo, M. I. (2004). Famílias em Intervenção Precoce. *Interações*, 6, 254-274.
- Fortin, M. (2003). *O processo de Investigação: da concepção à realidade*. Loures: Lusociência.

- Lanners, R. & Mombaerts, D. (2000). Evaluation of Parents' satisfaction with Early Intervention Services within and Among European Countries: Construction and Application of a New Parent Satisfaction Scale. *Infants and Young Children, 12 (3)*, 61-70.
- McWilliam, R. A., Lang, L., Vandivere, P., Angell, R., Collins, L. & Underdown, G. (1995). Satisfaction and struggles: Family perceptions of early intervention services. *Journal of Early Intervention, 19 (1)*, 43-60.
- Ministério da Educação (2009). *Educação em Números – Portugal 2009*. Lisboa: GEPE
- Pimentel, J. S. (2004). Avaliação de programas em intervenção precoce. *Análise Psicológica, 1 (XXII)*, 43-54.